

Jornal

30 de Agosto

**ESPECIAL** - Estado de greve**Setembro de 2012****Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR****Quem luta faz a história!**

EDITORIAL

A passeata do dia 30 de agosto foi magnífica e emocionou os milhares de educadores que dela participaram. Isso demonstrou para o governo que estamos unidos para cobrar aquilo que acordamos na mesa de negociação. Deixamos bem claro que não admitimos ser tratados com desrespeito ou descaso.

A APP-Sindicato conquistou um espaço de diálogo importante com o governo, com reuniões constantes. Mas é importante deixar claro que nada do que o governo faz vem sem luta, pelo contrário, vem graças ao trabalho e persistência da categoria.

Graças à pressão do sindicato, revertemos o entendimento do governo e do Tribunal de Contas em relação à aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo prevalecer a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

Apesar dessa conquista, a categoria definiu em assembleia histórica dia 30 de agosto por um **estado de greve**. Em razão do não cumprimento de compromissos assumidos pelo governo, tais como: a readequação do plano de carreira dos funcionários, bem como aumen-

to real de salário; atraso na publicação do edital de concurso público dos professores; pagamento das promoções e progressões em atraso, como o PDE 2009; novo modelo de saúde para o servidor; dobra de padrão, entre outros.

A categoria também definiu por não aceitar qualquer retrocesso quanto à aplicação dos 33% de hora-atividade na distribuição de aulas para o ano letivo de 2013.

A direção da APP Sindicato agradece imensamente o envolvimento maciço da categoria nesse embate político com o governo, com a certeza que no final todos sairemos ganhando, particularmente a sociedade paranaense que será brindada com uma educação com mais qualidade. Parabéns, professores/as e funcionários/as de escola que mais uma vez se mostraram valiosos militantes, com a certeza de que **quem luta faz a história**.

Boa leitura!

Direção Estadual da APP-Sindicato

Mobilizações 2012

09 de fevereiro de 2012

Ato na Boca Maldita e pelo Estado

Pauta central

- Implementação da Lei do Piso (salário e hora-atividade)
- Adequações no Plano do QFEB
- Novo modelo de Sistema de Atendimento à Saúde (SAS)
- 10% do PIB para a Educação

15 de março de 2012

Paralisação com caminhada ao Palácio Iguaçu



Pauta central

- Implementação da Lei do Piso (salário e hora-atividade)
- Adequações no Plano do QFEB
- Aumento real para os funcionários da educação
- Novo modelo de Sistema de Atendimento à Saúde (SAS)
- 10% do PIB para a Educação



25 de abril de 2012

Ato em conjunto com o Fórum das Entidades Sindicais (FES)

Pauta central

- Implementação da Lei do Piso (salário e hora-atividade)
- Adequações no Plano do QFEB
- Aumento real para os funcionários da educação
- Novo modelo de Sistema de Atendimento à Saúde (SAS)
- 10% do PIB para a Educação

07 de julho de 2012

Ato em conjunto com o FES em defesa dos 'desenquadradados'

Pauta central

- Enquadramentos do QFEB e do QPPE

07 de agosto de 2012

Ato em frente à Seed no 'Dia do Funcionário(a) da Educação'

Pauta central

- Envio da proposta de alteração do Plano de Carreira à Assembleia Legislativa e sua aprovação
- Reajuste de 8,59% (que faltam para os 14,13%) para os funcionários
- Realização de concurso público
- Pagamento de todas as promoções
- Não demissão dos PSS
- Reconhecimento dos funcionários na Lei do Piso
- Não alteração do critério de reajuste do piso, garantindo ganho real
- Aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE) com 10% do PIB e da Meta 18, que institui prazo para implementação de carreira e piso para os profissionais funcionários
- Pagamento do PDE em atraso

28 de agosto

Panfletagem nas escolas com carta aos pais e à comunidade explicando os motivos da paralisação

29 de agosto

Aulas de 30 minutos com debates nas escolas

30 de agosto

Dia de Luto e de Luta da Educação Pública do Paraná



Pauta central

- Pagamento do Piso no Paraná
- Envio da proposta de alteração do Plano de Carreira do QFEB à Alep e sua aprovação
- Reajuste para os funcionários
- Pagamento das progressões e promoções em atraso
- Realização de concursos públicos
- Novo modelo de Sistema de Atendimento à Saúde (SAS)
- 10% do PIB para a Educação

Lei do Piso no Paraná é conquista histórica e fruto de um enorme esforço

A assinatura da Lei 050/2012, que garante o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) no Paraná, foi o encerramento de uma luta árdua – e que significou uma conquista histórica do magistério estadual. A APP-Sindicato organizou esta batalha, que teve vários capítulos. Rememore:

Janeiro, fevereiro e março

A categoria inicia 2012 mobilizada. O objetivo? Garantir que o governo estadual cumprisse a Lei do Piso. Questionada na Justiça por governadores, a legislação foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em abril de 2011. No entanto, em março deste ano, o governo afirmava que já pagava o Piso no Paraná. Um entendimento equivocado, pois considerava o ingresso na tabela com ensino superior para os cálculos da lei. E mais: uma estratégia para descharacterizar a luta do magistério do Paraná, colocando-o em descrédito diante da sociedade e, principalmente, da comunidade escolar. A APP-Sindicato enfrentou o governo, descontruiu a falácia e provou que o Estado não cumpria a Lei.

Trava-se, então, uma luta para que o governo apresente uma proposta de cumprimento do Piso. Também em março, o governo assume que, de fato, não pagava o Piso e apresenta a proposta: pagamento do índice de 19,55% (reajuste definido pelo Ministério da Educação em fevereiro) em três parcelas; a implementação dos 33% de hora-atividade para a distribuição de aulas em dezembro de 2012 e, por fim, realizar um estudo para o pagamento do retroativo a janeiro. No dia 31 de março, a categoria, em assembleia da APP, aceita a proposta.

Maio, junho e julho

Em maio de 2012, mais um problema surge na efetivação da Lei. A primeira parcela é paga na data-base (5,1%). Porém, o projeto de lei das demais parcelas precisa ser apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), mas o Tribunal de Contas do Estado (TCE), em análise das contas do governo, detectou que o mesmo ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e bloqueou qualquer investimento com pessoal. **Mais uma batalha é travada.** O Piso precisa ser pago. O limite prudencial da LRF não inviabiliza o cumprimento da Lei do Piso, mas esta não era a compreensão nem do governo, nem do TCE.

Agosto

A APP, junto com o deputado estadual Professor Lemos, protocola uma consulta ao Tribunal de Contas cobrando uma posição e, também, reafirma a necessidade do cumprimento da Lei do Piso. Foram muitas as reuniões junto à Secretaria de Estado da Educação (Seed), TCE e outras secretarias estaduais. O que resultou no entendimento do TCE e do Poder Executivo da possibilidade do cumprimento da lei. Outra vitória importante foi a manutenção na tabela dos níveis especiais.

No dia 30 de agosto, o sindicato e a categoria obtiveram do governo o anúncio de que até o dia 17 de setembro o percentual de 6,66% será pago em folha complementar. Também sairão, nessa mesma folha, os valores retroativos aos meses de julho e agosto (como foi acordado entre governo e categoria no primeiro semestre deste ano). Em outubro, serão creditados aos vencimentos dos professores os 6,65% restantes, também negociados com a categoria.

Setembro

Este ano, em um momento em que Estados e municípios se unem numa mobilização em Brasília pelo cumprimento da Lei, por força da luta (com destaque para as mobilizações dos dias 7 e 30 de agosto) e da negociação, o Paraná é o único Estado do Brasil que terá o Piso pago sem alteração da tabela salarial. Mas nem por isto a pressão diminuiu. No próximo dia 18, a categoria paralisa as atividades e participa de uma assembleia estadual, em Curitiba, para definir os próximos passos da luta. Além de garantir o pagamento do Piso retroativo a janeiro, como determina a lei, é preciso assegurar a implantação dos 33% de hora-atividade na distribuição de aula que ocorrerá no final do ano – em dezembro – para que o Estado entre, de fato, cumprindo a Lei do Piso em sua integralidade desde o início do ano letivo de 2013. Por tudo isto, precisamos nos manter organizados e mobilizados!

Após pressão, governo anuncia atendimento de outros itens

No dia 30 de agosto a direção da APP se reuniu com o secretário de Educação Flávio Arns e com o Chefe da Casa Civil Luiz Eduardo Sebastiani. A APP exigiu agilidade no cumprimento das reivindicações e retirou o seguinte calendário de compromissos:

Até 17/09 – Pagamento da parcela de 6,66% de reajuste, referente à Lei do Piso

Até 30/09 – Encaminhar Plano de Carreira dos Funcionários para a Assembleia incluindo reajuste de 3,54% ou R\$ 100 no auxílio transporte

Até 30/09 – Implementar as promoções e progressões, com os atrasados do PDE.

Até 31/10 – Encaminhar Plano de Carreira do Magistério

Janeiro de 2012 – 33% de hora-atividade

Plano de Carreira significa aumento de salário para Funcionários

Documento vai para Alep com debate sobre 3,54% de ganho real para todos. Além disso, plano traz valorização à profissão e incentivo ao aperfeiçoamento.

O governo se comprometeu a encaminhar para a Assembleia Legislativa até o final de setembro as alterações no Plano de Carreira dos Funcionários. Neste tempo haverá debate sobre o aumento de R\$ 3,54% no salário ou um aumento de R\$ 100 no vale-transporte, já incluso no plano. O reajuste de 5,1% da inflação já foi pago em maio. A APP ainda defende 8,59%, mas segundo Cid Cordeiro, economista do Dieese, o ganho real proposto é significativo, já que a média de aumento salarial na iniciativa privada foi 2,5%.

Com o atual plano, um agente educacional I entra na carreira com salário de R\$ 784 por 40 horas e leva **mais de 18 anos de serviço** para chegar ao fim da tabela. Após as alterações, com 11 anos de carreira, no mínimo, já será possível chegar ao topo, **com um salário de R\$ 2.892,28**, sem contar as gratificações.

Um agente educacional II pode (fazendo Profissional, graduação, pós e mestrado), em 10 anos, no mínimo, chegar ao **salário de R\$ 4.338,42**.

Isso graças à inclusão da remuneração para graduação e pós-graduação para agente educacional I, e da pós-graduação e mestrado para o agente educacional II, além da progressão passar para três classes a cada dois anos (hoje são duas).

Os funcionários do Paraná conquistaram o primeiro plano de Carreira de sua história em 2008 na educação. Apenas quatro anos após ele já está sendo reformulado. Andréa Coelho, secretária do colégio Santa Gema, entrou em 1994. "Eu comecei a trabalhar e achei que ia morrer recebendo aquilo. Não tinha carreira, nem perspectiva. Com o plano vi possibilidade de ter uma condição de vida melhor. A gente começa a querer estudar, melhorar o salário". Hoje ela faz faculdade de Pedagogia.

"Isso significa maior valorização. Muitos jovens vão decidir entrar nesta carreira. O resultado é um ganho para a educação pública de qualidade", afirma Valdivino de Moraes, secretário de funcionários da APP.

Mas o processo de implantação do novo Plano de Carreiras é longo e depende de passar por várias secretarias dentro do governo. Ele foi formulado pela Comissão de Adequação – um grupo de trabalho formado pela APP-Sindicato e secretaria de Educação (Seed). A Seed já encaminhou para a secretaria de Administração (Seap). Ainda passará pelas secretarias de Fazenda e Planejamento, Casa Civil, Assembleia Legislativa e sanção do Governador.

A APP está pressionando e acompanhando passo a passo para acelerar esta tramitação. O governo declarou fazer todo este trâmite em setembro.

Assembleia aprova “estado de greve”

Mais de 2.500 educadores e educadoras realizaram assembleia histórica no último dia 30. Após muitos debates, o seguinte calendário de mobilização foi aprovado:

Dia 5 - Ato em Curitiba na boca maldita e em todas regionais referente à VI Marcha Nacional Pela Educação, promovida pela CNTE.

Dia 10 a 14 – Conselhos e/ou assembleias regionais

Dia 18 – Paralisação estadual ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA.

CONVOCAÇÃO

Assembleia geral

Dia 18/09 às **8h30** em primeira convocação e às **9h** em segunda.
Local: Sociedade Morgenau.
Endereço: Av. Souza Naves, 945
Bairro Cristo Rei - Curitiba/PR.

EXPEDIENTE



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE
Av. Iguaçu, 880 - CEP 80.230-020 - Rebouças - Curitiba - Paraná - Brasil - Fone: (41) 3026-9822 | Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appsindicato.org.br

- **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Luiz Felipe Nunes de Alves (interino)
- **Jornalistas:** Adir Nasser Junior (3819-PR), Denise Kelm Soares (7379-PR) e Valnisia Mangueira (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR)
- **Revisão:** Carlos Barbosa • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 40 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública - 2011-2014

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretaria Geral • Isabel Catarina Zöller - Secretaria de Política Sindical • Walkiria Olegário Mazeto - Secretaria Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretaria de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretaria de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretaria de Municipais • Luiz Felipe Nunes de Alves (interino) - Sec. Imprensa e Divulgação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoko Falleiros - Secretaria de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretaria de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretaria de Organização • Janeslei Aparecida Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretaria de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretaria de Saúde e Previdência.



@appsindicato



App Sindicato



APPSSINDICATO